

Leonardo Boff*

Uma tragédia humana: as atuais migrações mundiais

Nos dias atuais há milhões de migrantes por terra e por mar em busca de condições de vida melhores. Segundo dados da ONU em 2025 havia no mundo 304 milhões de migrantes. Hoje com mais de cem zonas de conflito como acaba de informar o coordenador da Cruz Vermelha, serão muito mais, pois a humanidade está vivendo em ininterrupta guerra civil. A maioria foge de guerras que vitimam um sem número de vidas. Outros porque suas terras se tornaram inférteis pelo excesso de calor. Ainda há os que buscam outros países devido a perseguição religiosa ou política.

O maior número vem de África subsaariana e do Oriente Médio, ambos em direção da Europa. Há muitos milhares de latino-americanos que imigram ilegalmente para os EUA.

Todos os imigrantes indocumentados, sob a presidência de Donald Trump, estão sendo banidos do país. Isso foi feito com uma polícia especial ICE que usou a violência até a força bruta para fazê-los emigrar.

Inesquecíveis são as cenas covardes daqueles policiais da ICE caçando imigrantes indocumentados nas ruas, nas escolas, nas fábricas, nas fazendas agrícolas e até nas igrejas. O Presidente Donald Trump de forma injusta e preconceituosa considera tais imigrantes gente má, ladrões e assassinos, quando em sua grande maioria fazem funcionar os serviços em hotéis, restaurantes, em fábricas, na produção agrícola e em muitos outros serviços, prejudicando os negócios de norte-americanos.

Chocante é a violência aplicada aos imigrantes presos e de deportados, jogados nos grandes aeronaves, acorrentados como se fossem gado, sem qualquer respeito à sua dignidade. Revoltante foi a prisão de uma criança de 5 anos, algemada como se fosse um adulto, forma para atrair o pai e prendê-lo. A indignação foi nacional e internacional, obrigando as autoridades responsáveis a liberar a criança e o pai.

Na Europa os migrantes são geralmente mal recebidos, seja os vindos de África ou do Oriente Médio. Muitos morreram na travessia em barcos sem nenhuma segurança. O Mediterrâneo se transformou numa sepultura de centenas e centenas que aí se afogaram. A indiferença e a falta de sensibilidade causaram indignação ao Papa Francisco quando esteve em Lapedusa, chegada de muitos imigrantes. Duramente criticou o fato de que os europeus perderam a sensibilidade e a capacidade de chorar sobre o sofrimento de seus semelhantes.

Em alguns países foram totalmente rejeitados como na Hungria sob o hoje ex-presidente Orbán, de extrema direita e violento. Na cristianíssima Polônia se admitem, seletivamente, somente cristãos, negando hospitalidade a muçulmanos ou de outra denominação religiosa.

Teme-se que as mudanças climáticas, acelerando-se cada vez mais e destruindo vastas regiões com grandes inundações, severas secas e imensas queimadas

, acabam criando levas de milhares e milhares de migrantes procurando salvar suas vidas. Seus lugares se fizeram praticamente inabitáveis. A ONU tem alertado os países centrais e desenvolvidos que preparem suas infra-estruturas para acolher e dar hospitalidade a estes flagelados.

A hospitalidade comparece como valor referencial para fazer frente a este fenômeno mundializado. As migrações em massa poderão desestabilizar inteiras nações e as políticas sociais, dada a gravidade da situação criada pela mudanças na geopolítica (a disputa pela hegemonia mundial entre USA, Rússia e China), pelos transtornos climáticos provocados pela crise ecológica e pela corrente marítima do El Niño.

Hoje é a capacidade de mostrar a hospitalidade, sempre tida por todas as tradições culturais como um dos mais altos valores no relacionamento humano, o quanto de sensibilidade e de humanidade subsistem ainda entre nós como pessoas individuais e como sociedades complexas. Mantidas as atuais desigualdades escandalosas, fruto de uma acumulação inimaginável de riqueza dos poucos que exploram os muitos e devastam os bens e serviços naturais, não nos oferecem sinais de esperança de que prevaleçam a sensibilidade e a humanidade, base da hospitalidade, face aos milhões de migrantes a nível mundial.

Mesmo assim, vencidos e derrotados, jamais desistiremos no empenho em favor dos migrantes e refugiados, desprezados e rechaçados, pois essa causa, por ser verdadeira, é invencível. Nela se mostra o melhor que existe nos seres humanos: compadecer-se com os peregrinos forçados, com os migrantes, viver a solidariedade concreta face à sua frágil situação, e o amor incondicional para com esses humilhados e ofendidos. Segundo os relatos bíblicos e o sentido de um dos mais comovedores mitos gregos sobre hospitalidade, a dos bons velhinhos Báucis e Felêmon, quem hospeda o peregrino e o desconhecido, está hospedando anonimamente o próprio Deus.

A família do Filho do Homem foi imigrante no Egito e tornou sagrado todo empenho em favor daqueles que vivem penosamente semelhante situação. Por isso, uma situação parecida representa à consciência, um apelo ético permanente mesmo no meio das dificuldades, dos preconceitos e das rejeições. Afinal, todos somos migrantes e hóspedes nesta Terra que é de todos os presentes e dos futuros. Todos passamos. Somente ela, a Casa Comum, permanece ainda por milhões de anos, girando ao redor do sol e gestando vida, para a natureza e para a humanidade.

***Leonardo Boff escreve para a revista LIBERTA do ICL (<https://www.revistaliberta.com.br>) e publicou também o livro Hospitalidade: direito e dever de todos, Vozes 2005 (<https://www.leonardoboff.org>).**

Victor Corrêa*

O risco invisível do trabalho

O trabalho adocece. Não é impressão de quem anda cansado, nem reclamação de quem “não aguenta pressão”. O Brasil já registra recordes sucessivos de afastamentos por transtornos mentais. A novidade é que, agora, o governo começa a admitir aquilo que muitos trabalhadores já sabiam no corpo e na mente: ambiente ruim também faz mal à saúde.

A NR-1 é a Norma Regulamentadora que estabelece regras gerais de segurança e saúde no trabalho. Ela não foi criada agora. Foi atualizada para incluir, no gerenciamento de riscos ocupacionais, os chamados riscos psicossociais relacionados ao trabalho — e passou a valer esta semana. Em português claro: as empresas precisam olhar também para assédio, sobrecarga, metas abusivas, jornadas extenuantes, pressão permanente e formas de organização capazes de adoecer.

Antes, era mais fácil entender o risco. Uma cadeira inadequada. Um ruído excessivo. Um produto químico. Um equipamento sem proteção. Tudo isso continua importante. Mas nem todo risco aparece no mobiliário, na máquina ou no chão da fábrica. Está no modo como se cobra, na meta impossível, na chefia que humilha, no medo de responder com sinceridade a uma pesquisa interna.

Em 2025, a Previdência Social concedeu 546.254 benefícios por incapacidade temporária relacionados a transtornos mentais e comportamentais, alta de quase 16% em relação a 2024. Ansiedade e depressão lideram o ranking. As mulheres, sobrecarregadas pela jornada dupla e pela desigualdade estrutural, respondem por 63% dos afastamentos. A conta direta para a Previdência Social já supera R\$ 3,5 bilhões.

O burnout nasce do estresse crônico no trabalho que não foi administrado. Um dos seus motores é a sobrecarga. Também é possível que os números contem menos do que deveriam. Muitos casos que hoje poderiam ser lidos como esgotamento profissional talvez tenham entrado, e ainda entrem, na conta da ansiedade, da depressão ou de outros transtornos. Não porque fossem menos graves, mas porque o trabalho nem sempre foi tratado como causa.

Conheço uma profissional competíssima do mercado audiovisual que, na primeira crise, não conseguia abrir o notebook para trabalhar. Chorava antes de começar. Tentou se automedicar, achou que passaria. Não passou. Em outra crise, chorou durante uma reunião com a chefia depois de uma fala ríspida. O médico recomendou três meses de afastamento.

É aí que a nova NR-1 encontra sua parte mais difícil. Os sinais que o Ministério do Trabalho pretende

ver não são tão objetivos quanto uma cadeira quebrada ou uma máquina sem proteção. Sofrimento psíquico nem sempre aparece na planilha ou no relatório. Aparece no medo de responder, na exaustão que se disfarça de comprometimento e na cadeira vazia de quem pediu demissão sem explicar o motivo.

Faz sentido que cada atividade tenha suas especificidades. Quem sofre no escritório, diante do computador, não sofre da mesma forma que quem trabalha num canteiro de obras. A sobrecarga pode aparecer na meta inalcançável, no ruído, no calor, na insegurança, na chefia abusiva ou na ausência de descanso.

O problema é quando a ausência de metodologia obrigatória vira brecha para relatórios bonitos e escuta frágil. A norma exige que as empresas incluam os riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos. Aliás, os dados serão auditáveis? O auditor não vai saber se o trabalhador está bem, vai saber se o papel está em ordem.

Questionários internos, relatórios de própria gestão e entrevistas conduzidas dentro da empresa dificilmente capturam aquilo que o trabalhador sente, mas tem medo de dizer. A fiscalização pode encontrar um processo bem organizado. Isso não significa, necessariamente, que encontrou o sofrimento vivido todos os dias.

Também falta gente para fiscalizar. Antes das novas posses, havia menos de 2 mil auditores fiscais em atividade. Com o reforço de 829 novos servidores empossados em dezembro, o próprio ministro Luiz Marinho admitiu na cerimônia: ‘nunca teremos auditores suficientes para olhar cada detalhe do Brasil.’ Com esse efetivo, o país fiscaliza apenas 3% dos estabelecimentos.

E ainda houve atraso. A nova exigência deveria ter entrado em vigor antes, mas foi adiada por um ano. Agora, mesmo com a atualização em vigor, as multas só começam depois de um período de adaptação. Para o empregador, prazo. Para o trabalhador adoecido, espera.

A atualização da NR-1 é um avanço. Mas saúde mental no trabalho não se protege apenas com uma obrigação no papel. Não basta formulário, palestra, cartaz motivacional ou relatório bem escrito.

O risco invisível do trabalho está no medo de dizer a verdade dentro de uma estrutura que pode punir a sinceridade. Enquanto essa escuta não for protegida, a norma pode até organizar documentos. Mas dificilmente vai proteger trabalhadores.

***Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas**